

**X CONCURSO DE CREDENCIAMENTO DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO,
PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

PROVA ÚNICA – CADERNO DE QUESTÕES

NOME:

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR:

1. Este caderno contém 08 (oito) páginas com 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma valendo 2,0 (dois) pontos, totalizando valor máximo de 100 (cem) pontos.
2. Se o caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que prejudique a leitura, solicite **IMEDIATAMENTE** ao fiscal a sua substituição.
3. Cada questão apresenta quatro opções de resposta (A, B, C e D), das quais somente uma atende às condições do enunciado. Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, é vedado solicitar quaisquer esclarecimentos ao Fiscal.
4. O candidato receberá junto com este caderno de questões, a **FOLHA DE RESPOSTAS** (gabarito). Verifique se os dados impressos na **FOLHA DE RESPOSTAS** estão corretos. Caso contrário, comunique imediatamente ao Fiscal.
5. Após o recebimento da **FOLHA DE RESPOSTAS**, não a dobre nem a amasse, manipulando-a o mínimo possível. Assine seu nome no local indicado, com caneta esferográfica azul ou preta.
6. Após responder as questões neste caderno, o candidato deverá transcrever todas as alternativas assinaladas para a **FOLHA DE RESPOSTAS**, de acordo com as instruções nela contidas.
7. Questões com mais de uma alternativa assinalada, com rasura ou em branco serão anuladas. Portanto, ao preencher a **FOLHA DE RESPOSTAS**, faça-o cuidadosamente. Evite erros, pois não será possível a sua substituição.
8. O candidato dispõe de, no máximo, 3 (três) horas para responder às questões e preencher a **FOLHA DE RESPOSTAS**. O candidato que se retirar do ambiente de provas não poderá retornar em hipótese alguma. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas.
9. Terminada a prova, avise ao Fiscal, pois este recolherá a **FOLHA DE RESPOSTAS** na carteira do candidato. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas, após decorridas 02 horas do seu início.
10. Durante a realização da prova, não serão permitidas consultas à legislação, doutrina, jurisprudência, súmula ou anotações de quaisquer espécies, nem o porte de aparelhos eletrônicos, como telefones, *notebooks*, celulares, *palm*s e calculadoras.

DIREITO CONSTITUCIONAL

01 – É produzida pela participação popular, normalmente por força do regime de democracia representativa. Surge do trabalho de uma Assembleia Constituinte, formada por representantes do povo (eleitos democraticamente).

- a) Constituição Promulgada.
- b) Constituição Outorgada.
- c) Constituição Cesarista.
- d) Constituição Pactuada.

02 – Quanto à estabilidade a Constituição pode ser classificada em imutáveis, rígidas, flexíveis e semirrígidas. Sendo assim, a Constituição rígida é aquela que:

- a) Não admite alteração do seu texto em nenhuma hipótese.
- b) Admite alteração do seu texto, mas somente mediante um processo legislativo solene, mais dificultoso do que aquele de elaboração das leis.
- c) Admite alteração do seu texto mediante processo legislativo simples, igual ao de elaboração das leis.
- d) Exige um procedimento especial para alteração de parte do seu texto (parte rígida) e permite a alteração da outra parte mediante procedimento simples, igual ao de elaboração das leis (parte flexível).

03 – Assinale a assertiva correta quanto à classificação da Constituição Federal de 1988.

- a) Outorgada, sintética e promulgada.
- b) Formal, dogmática e promulgada.
- c) Imutável, analítica e flexível.
- d) Dogmática, histórica e sintética.

04 – É a Constituição que consegue efetivamente normatizar a vida política do Estado, limitando sua ingerência por meio da garantia de direitos aos indivíduos:

- a) Constituição Nominativa.
- b) Constituição Normativa.
- c) Constituição Semântica.
- d) Constituição Dirigente.

05 – Não é característica da norma de eficácia plena:

- a) Imediata.
- b) Direta.
- c) Integral.
- d) Restringível.

06 – São normas intangíveis, não podendo ser emendadas. Contém uma força paralisante total de qualquer legislação que, explícita ou implicitamente, vier a contrariá-las:

- a) Normas de Eficácia Contida.
- b) Normas de Eficácia Relativa.
- c) Normas de Eficácia Complementável.
- d) Normas de Eficácia Absoluta.

07 – No que tange ao Controle de Constitucionalidade, podemos afirmar que são efeitos do Controle de Constitucionalidade Difuso:

- a) Ex Tunc e só faz coisa julgada entre as partes.
- b) Ex Nunc e só faz coisa julgada entre as partes.
- c) Ex Tunc e efeito vinculante – Erga Omnes.
- d) Ex Nunc e efeito vinculante – Erga Omnes.

08 – Assinale os itens e assinale a assertiva correta:

I – Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público.

II – O Estado prestará assistência judiciária gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

III – São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data.

IV – É livre a locomoção em tempo de paz, no território nacional, permitindo a todos entrarem, saírem ou permanecerem nele com seus bens.

- a) Todos os itens são incorretos.
- b) Os itens I e IV são incorretos.
- c) Nenhum item é incorreto.
- d) Somente os itens I e III são corretos.

09 – Quanto aos Direitos Sociais, assinale a assertiva incorreta:

- a) É garantido ao trabalhador urbano o seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário.
- b) A remuneração do trabalho noturno deverá ser superior à do diurno.
- c) O repouso semanal remunerado deverá ser preferencialmente aos domingos.
- d) O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço deverá ser de no máximo trinta dias.

10 – Quanto ao Poder Judiciário, assinale a assertiva incorreta:

- a) O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal.
- b) O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.
- c) Os juízes gozam da garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença administrativa transitada em julgado.
- d) Compete privativamente aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11 – Neste poder o administrador também está subordinado à lei, entretanto, tem liberdade para atuar de acordo com um juízo de conveniência e oportunidade:

- a) Poder Vinculado.
- b) Poder Discricionário.
- c) Poder Disciplinar.
- d) Poder Regulamentar.

12 – Assinale a assertiva correta:

- a) Ato administrativo discricionário é aquele em que o administrador pode agir, inclusive contrário à lei.
- b) A autoexecutoriedade, a imperatividade e a presunção de legitimidade, são características do ato administrativo.
- c) O Judiciário pode revogar atos praticados pela Administração Pública.
- d) A revogação de um ato administrativo produz efeitos ex-tunc.

13 – É atributo universal, inerente a qualquer ato da Administração:

- a) Presunção de Legitimidade.
- b) Imperatividade.
- c) Autoexecutoriedade.
- d) Exigibilidade.

14 – Assinale os itens e assinale a assertiva correta:

I – Concentração é o modo de cumprimento de competências administrativas por meio de órgãos públicos despersonalizados e sem divisões internas em repartições e departamentos.

II – Na desconcentração, as atribuições são repartidas entre órgãos públicos pertencentes a uma única pessoa jurídica, mantendo a vinculação hierárquica.

III – Centralização é o desempenho de competências administrativas por uma única pessoa jurídica governamental.

IV – Na descentralização, as competências administrativas são exercidas por pessoas jurídicas autônomas, criadas pelo Estado para tal finalidade.

- a) Todos os itens são incorretos.
- b) Os itens I e IV são incorretos.
- c) Nenhum item é incorreto.
- d) Somente os itens I e III são corretos.

15 – São autarquias com regime especial, possuindo todas as características jurídicas das autarquias comuns, mas delas se diferenciando em razão de suas peculiaridades em seu regime jurídico: os dirigentes são estáveis; e os mandatos são fixos:

- a) Agências Reguladoras.
- b) Fundações Públicas.
- c) Fundações Governamentais.
- d) Associações Públicas.

16 – É uma forma de suprir defeitos leves do ato para preservar sua eficácia. Constitui meio para restaurar a juridicidade de um ato. Pode se dar através de ratificação, confirmação ou saneamento:

- a) Revogação.
- b) Anulação.
- c) Conversão.
- d) Convalidação.

17 – Conforme a Lei 10.520/2002, podemos afirmar que não é característica do pregão:

- a) Exigência de garantia de proposta.
- b) Vedação de exigência de aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame.
- c) Aquisição de bens e serviços comuns.
- d) Maior celeridade de suas fases.

18 – Conforme preceitua a Lei nº 8.666/93, assinale a assertiva incorreta:

- a) Para os fins desta Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
- b) A licitação será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- c) O procedimento licitatório previsto nesta lei caracteriza ato administrativo formal.
- d) Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão ser celebrados mediante a realização de leilão.

DIREITO CIVIL

A respeito da Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro, responda as questões 19 a 22:**19 – Assinale a assertiva correta:**

- a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o País noventa dias depois de oficialmente publicada.
- b) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- c) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- d) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, sempre revoga a anterior.

20 – Assinale a assertiva incorreta:

- a) As correções a texto de lei já em vigor não é considera lei nova.
- b) A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- c) Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- d) Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso.

21 – Assinale a assertiva incorreta:

- a) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- b) A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.
- c) As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que se constituírem.
- d) Os Governos estrangeiros, bem como as organizações de qualquer natureza, que eles tenham constituído, dirijam ou hajam investido de funções públicas, poderão adquirir no Brasil bens imóveis ou susceptíveis de desapropriação.

22 – Assinale a assertiva incorreta:

- a) Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- b) Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.
- c) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- d) Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

23 – São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- a) Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que, por deficiência mental tenham discernimento reduzido.
- b) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- c) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- d) Os pródigos.

24 – Quanto aos bens, assinale a assertiva incorreta:

- a) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.
- b) Os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram são considerados imóveis para os efeitos legais.
- c) As energias que tenham valor econômico são consideradas imóveis para os efeitos legais.
- d) São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

25 – Quanto ao negócio jurídico, assinale a assertiva incorreta:

- a) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- b) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- c) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia não podem ser interpretados estritamente.
- d) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

26 – Quanto as Obrigações de Dar Coisa Certa, assinale a assertiva incorreta:

- a) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- b) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- c) Sendo culpado o devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, com direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização das perdas e danos.
- d) Os frutos percebidos são do credor, cabendo ao devedor os pendentes.

DIREITO PENAL

27 – De acordo com o art. 1º do Código Penal, é correto afirmar que:

- a) Pode o Presidente da República definir crimes e cominar penas por meio de medidas provisórias.
- b) Pode existir crime sem lei anterior que o defina.
- c) O princípio da anterioridade significa que a lei penal incriminadora somente terá validade se entrada em vigor, pelo menos, um ano antes do fato.
- d) Os princípios da legalidade e anterioridade significam que, para a existência de um crime, é preciso que haja uma lei penal que o defina e que esta seja anterior à data do fato praticado pelo agente.

28 – São crimes omissivos próprios:

- a) Omissão de socorro e aborto provocado por terceiro.
- b) Omissão de socorro e infanticídio.
- c) Abandono intelectual e atentado ao pudor mediante fraude.
- d) abandono material e omissão de socorro.

29 – Sobre a tentativa, podemos afirmar que:

- a) A tentativa é punível nas contravenções penais.
- b) Cabe tentativa nos crimes omissivos impróprios.
- c) É possível a tentativa nos crimes habituais.
- d) Os crimes omissivos próprios admitem a tentativa.

30 – Sobre os princípios limitadores do poder punitivo estatal, assinale a assertiva incorreta:

- a) O princípio da intervenção mínima significa que o Direito Penal será sempre a *ultima ratio* na intervenção no domínio da liberdade.
- b) Pelo princípio da adequação social podemos afirmar que o Direito Penal deveria se ocupar somente daquelas condutas que contam com reprovação social, uma vez que não se pode castigar aquilo que a sociedade entende como correto.
- c) Segundo o princípio da subsidiariedade, o Direito Penal somente deve ocupar-se dos bens jurídicos mais importantes.
- d) São elementos do princípio da insignificância: conduta minimamente ofensiva, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e lesão jurídica inexpressiva.

31 – De acordo com o art. 7º do Código Penal, ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no exterior:

- a) Os crimes contra a vida ou liberdade do Presidente da República.
- b) Todos os crimes praticados por brasileiros, ainda que em território estrangeiro.
- c) O genocídio praticado por estrangeiro, ainda que com domicílio fora do território brasileiro.
- d) O crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, mesmo quando o fato não for punível no país em que foi praticado.

32 – Com relação a algumas definições em Direito Penal, assinale a assertiva falsa:

- a) Diz-se crime consumado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
- b) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
- c) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado.
- d) No arrependimento posterior, o agente, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só respondendo pelos atos já praticados.

33 – São causas de exclusão da ilicitude (art. 23 do Código Penal):

- a) Exercício regular de direito e estrito cumprimento de dever legal.
- b) Emoção e paixão.
- c) Embriaguez voluntária ou culposa.
- d) Inexigibilidade de conduta diversa.

34 – Sobre os crimes contra a honra, podemos afirmar que:

- a) Na calúnia ocorre a falsa imputação de fato definido como crime, não sendo punível a calúnia contra os mortos.
- b) No crime de difamação, a exceção da verdade somente é admitida se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.
- c) Na difamação o juiz pode deixar de aplicar pena no caso de retorsão imediata que consista em outra difamação.
- d) Constituem injúria ou difamação punível a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

35 – Quanto a Ação, assinale a assertiva incorreta:

- a) A ação é o direito subjetivo público de deduzir uma pretensão em juízo.
- b) Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.
- c) A ação é a forma processual adequada para defender, em juízo, um interesse.
- d) Para propor ou contestar uma ação basta apenas ter interesse.

36 – Quanto à jurisdição, analise os itens e assinale a assertiva correta:

I – A jurisdição é o poder de aplicar, de dizer, o Direito.

II – A Jurisdição trata-se de um poder-dever que possui o Estado-juiz, por meio de seus órgãos jurisdicionais, de aplicar a lei ao caso concreto.

III – A jurisdição civil, contenciosa e voluntária, é exercida pelos juízes, em todo o território nacional.

IV – Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e forma legais.

- a) Todos os itens são incorretos.
- b) Os itens I e IV são incorretos.
- c) Nenhum item é incorreto.
- d) Somente os itens I e III são corretos.

37 – Quanto à condição da ação, assinale a assertiva incorreta:

- a) A Legitimidade para a causa; Interesse de agir; Possibilidade jurídica do pedido são condições da ação.
- b) Legitimidade para a causa corresponde aos legítimos para figurar em uma demanda judicial.
- c) O interesse de agir decorre da análise da necessidade e da adequação.
- d) A falta da Possibilidade jurídica do pedido importará no final do processo, ocasionando a extinção do feito com julgamento do mérito.

38 – Levando em consideração os Pressupostos Processuais e as condições da ação, assinale a assertiva incorreta:

- a) Os pressupostos processuais não se confundem com as condições da ação. Os pressupostos processuais são os requisitos necessários para a constituição e o desenvolvimento regular do processo.
- b) Os pressupostos processuais referem-se ao processo, enquanto que as condições da ação referem-se à ação.
- c) A falta dos pressupostos processuais não acarreta nulidade absoluta, insanável.
- d) Pressupostos processuais é requisito para que a atividade jurisdicional atinja o seu objetivo, qual seja, a atuação da vontade da lei ao caso concreto.

39 – Quanto à forma dos atos processuais, assinale a assertiva incorreta:

- a) Em regra os atos processuais são públicos, correm, todavia, em segredo de justiça os processos em que o exigir o interesse público.
- b) Decisões Interlocutórias são os atos pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa.
- c) Os atos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.
- d) O direito de consultar os autos e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e a seus procuradores. O terceiro, que demonstrar interesse jurídico, pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença.

40 – A Preclusão é o fenômeno da perda da faculdade processual de praticar um ato. Sendo assim, entende-se como Preclusão Lógica:

- a) A perda da faculdade de praticar um ato processual em virtude da não observância de um prazo estabelecido em lei ou pelo juiz.
- b) A perda da faculdade pela prática de um ato anterior incompatível com o ato posterior que se pretende realizar.
- c) A perda da faculdade de praticar o ato de maneira diversa, se já praticado anteriormente por uma das formas facultadas em lei.
- d) A perda do prazo processual legal ou judicial fixado para a prática do ato.

41 – Quanto à petição inicial no procedimento ordinário, assinale a assertiva incorreta:

- a) A petição inicial, subscrita por advogado, não tem como necessário o pedido do autor e os fundamentos jurídicos do pedido.
- b) A Petição inicial deve ser redigida de maneira lógica e compreensível, de modo que o réu possa entender o pedido e defender-se.
- c) A Petição deve indicar o valor da causa.
- d) A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.

42 – Sentença em que o juiz julga ação diferente da que foi proposta, sem respeitar as partes, a causa de pedir ou pedido, tais como apresentados na petição inicial:

- a) Ultra petita.
- b) Extra petita.
- c) Infra petita.
- d) Citra petita.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

43 – No que se refere ao inquérito policial, é correto afirmar que:

- a) Nos crimes de ação privada o inquérito é instaurado de ofício.
- b) O Ministério Público somente pode solicitar a sua abertura por meio da autoridade policial.
- c) A autoridade judiciária não poderá requisitá-lo de ofício.
- d) Nos crimes de ação pública o inquérito policial será instaurado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

44 – São princípios que regem a ação penal privada:

- a) Disponibilidade e indivisibilidade.
- b) Obrigatoriedade e intranscendência.
- c) Indivisibilidade e obrigatoriedade.
- d) Oportunidade e indisponibilidade.

45 – Sobre o flagrante presumido, assinale a assertiva correta:

- a) É aquele em que o agente é encontrado, logo depois da infração penal, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- b) É perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- c) É aquele em que o agente é surpreendido quando está cometendo a infração penal.
- d) É a modalidade de flagrante em que o agente acabou de cometer a infração penal.

46 – São princípios da ação penal pública incondicionada:

- a) Obrigatoriedade, indisponibilidade, oficialidade, indivisibilidade e intranscendência.
- b) Oportunidade, disponibilidade, oficialidade, indivisibilidade e transcendência.
- c) Oportunidade, disponibilidade, iniciativa da parte, indivisibilidade e transcendência.
- d) Oportunidade, indisponibilidade, iniciativa da parte, individualidade e intranscendência.

47 – Em relação à prisão preventiva, assinale a assertiva falsa:

- a) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal.
- b) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- c) Será admitida a decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 2 (dois) anos.
- d) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

48 – O exame de corpo de delito:

- a) É dispensável e pode ser suprido pela confissão do acusado.
- b) Somente pode ser realizado entre as 6:00 e 18:00.
- c) Pode ser suprido pela prova testemunhal quando não for possível a sua realização por haverem desaparecidos os vestígios.
- d) Deve ser sempre direto, não podendo jamais ser indireto.

49 – Em relação à prova no processo penal brasileiro, assinale a assertiva correta:

- a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em juízo, mas também pode fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.
- b) O juiz poderá decidir contrário à prova dos autos de acordo com a aplicação do princípio do livre convencimento motivado.
- c) As provas ilícitas são inadmissíveis.
- d) A confissão do acusado poderá suprir o exame de corpo de delito quando a infração penal não deixar vestígios.

50 – Nos crimes de ação penal pública, a instauração do inquérito policial:

- a) Dependerá de requisição da autoridade judiciária, não podendo o Ministério Público requisitar a sua instauração.
- b) Poderá ser feita de ofício pela autoridade policial.
- c) Somente poderá ocorrer após a representação da vítima ou de seu representante legal.
- d) Dependerá de requisição do Ministério Público, não podendo ser requisitado pela autoridade judiciária.